

SÃO PAULO - Donald Trump, 70, foi o político mais velho [eleito para a Casa Branca](#) . Ninguém tão idoso havia assumido a Presidência no Brasil antes de Michel Temer, que aos 75 substituiu Dilma Rousseff.

Não há uma tendência nesses fatos coincidentes. A gerontocracia, o governo exercido pelos anciãos, não é destino necessário da humanidade. A política praticada sob a influência crescente dos cidadãos mais velhos, porém, talvez o seja.

A correlação positiva entre faixa etária e preferência do eleitor ajudou a selar o [divórcio britânico da União Europeia](#) , em junho, e o triunfo republicano nos EUA, agora. Teve traço semelhante a conquista do tucano João Doria em São Paulo.

Nas nações ricas, os cidadãos com 50 anos ou mais estão a menos de uma década de tornarem-se maioria na população adulta. No Brasil isso ocorrerá mais tarde, perto da metade do século, embora a uma velocidade maior: em 2000 não haviam completado 50 anos de idade 76% dos adultos. Serão 59% em 2030.

As consequências políticas dessa mutação populacional correm no domínio da especulação. A chamada "onda conservadora" destes dias, apesar da inclinação quase biológica ao conservadorismo do ser humano que envelhece, parece menos homogênea quando analisada de perto.

Talvez a redução da força eleitoral esteja reverberando na radicalização dos métodos de manifestação da juventude. Talvez os orçamentos públicos passem a privilegiar demandas típicas dos mais velhos, como previdência e saúde, em detrimento das ligadas aos mais novos, como o ensino e a proteção da renda nos primeiros anos de atuação no mercado de trabalho.

Numa sociedade relativamente imatura, o peso dos jovens nas urnas ajuda a compensar a preponderância dos mais velhos na distribuição da renda e da riqueza. Quando o substrato demográfico se altera, é preciso buscar um outro equilíbrio.

Fonte: Folha de S.Paulo, 14 de novembro de 2016.